

O FATOR “CENTRÃO”

Rudson Pinheiro Soares¹

J. Batista/Câmara dos Deputados



Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara dos Deputados: "Centrão" no comando do parlamento

*A aliança explícita firmada em 2021 entre o governo Bolsonaro e o bloco parlamentar de direita liderado por PL, PP e Republicanos teve como finalidade imediata blindar o ex-capitão de mais de 100 pedidos de **impeachment** e outros de aberturas de CPIs, mas deu grande protagonismo ao “Centrão”. Como o governo Lula lidará com esse problema ao longo do mandato? “Não será fácil governar sem correr o risco de vetos sistemáticos. A decantada habilidade de Lula será posta à prova”, comentou Cláudio Couto, docente da FGV*

A vitória de Arthur Lira (PP-AL) na disputa pela presidência da Câmara dos Deputados em fevereiro de 2021, com apoio do Palácio do Planalto, ato contínuo a nomeação da deputada Flávia Arruda (PL-DF) para ministra-chefe da Secretaria de Governo e, no início do segundo semestre, a posse do senador Ciro Nogueira (PP-PI) como titular da Casa Civil, marcaram a ascensão e consolidação do “Centrão” na sala de comando do governo de Jair Bolsonaro.

Eleito com o discurso de combater a velha política, Bolsonaro não demorou a fazer o contrário. Mais do que buscar uma aliança com o Centrão, algo ocorrido em outras gestões, o presidente pôs o grupo no coração de seu governo. Oito de seus ministros filiaram-se a partidos do bloco e o próprio Bolsonaro ingressou no Partido Liberal (PL), controlado pelo ex-deputado Valdemar da Costa Neto, eminência parda do agrupamento.

“O Centrão apoiou sucessivos governos: FHC, Lula, Dilma, Temer e, agora, Bolsonaro. Mas hoje tem mais poder do que jamais teve. Indica ministros e comanda o orçamento. O Bolsonaro é completamente dependente e servil ao Centrão”, explicou à *Revista Adusp*, em maio de 2022, o experiente Arlindo Chinaglia (PT-SP), ex-presidente da Câmara dos Deputados (2007/2009) e em sua sétima legislatura consecutiva na casa.

A maioria dos parlamentares do grupo, no entanto, já apoiava a agenda governista. A modalidade Emendas do Relator, também conhecida como “Orçamento Se-

creto” — instrumento pelo qual o relator do orçamento direciona, sem transparência, emendas a partir de acordos informais com parlamentares — não foi vetada por Bolsonaro, já constando desde 2020 na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e tendo importante papel no controle dos votos do Centrão.

Às vésperas e no dia da votação da PEC dos Precatórios, por exemplo, que ocorreu em 3 de novembro de 2021, o governo liberou R\$ 961,7 milhões em emendas do Orçamento Secreto acordadas com parlamentares do Centrão. A PEC, defendida por Bolsonaro, foi aprovada com 312 votos, quatro a mais que o necessário. Nas eleições de 2022, as verbas distribuídas por meio do Orçamento Secreto pavimentariam o crescimento da candidatura de Bolsonaro, especialmente no segundo turno.

Mas se já havia uma “simpatia” do bloco pela agenda governista, por que houve a ascensão do grupo ao núcleo central do governo? A aliança formal que deu protagonismo ao bloco informal ocorreu em momento de baixa popularidade do presidente da República, ou seja para blindá-lo dos mais de 100 pedidos de *impeachment* e dos de aberturas de comissões parlamentares de inquérito (CPIs), frutos de denúncias de corrupção e do desastroso enfrentamento à pandemia de Covid-19.

“O Centrão engoliu o Bolsonaro. Isso se deu não só por causa dos escândalos e do [movimento] ‘Fora Bolsonaro’, mas também por uma absoluta incapacidade política e

administrativa do governo — é um time absolutamente incompetente. Então, em um dado momento o Bolsonaro quis e precisou compor formalmente com o Centrão”, analisa Chinaglia. Quem pode abrir um processo de *impeachment* do primeiro mandatário é o presidente da Câmara dos Deputados, e Arthur Lira bloqueou todos os pedidos. Seriam necessários ainda 342 votos a favor do afastamento, de um total de 513 deputados. Ou seja: o grupo funciona como ferrolho contra a queda do presidente.

“Bolsonaro se protegeu do *impeachment* e também da autorização da Câmara para que investigações pudessem torná-lo réu. Temer agiu assim, no caso JBS”, compara o cientista político Cláudio Couto, professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV). “O Temer passou por uma absoluta dependência do Centrão, com grande quantidade de deputados-ministros em seu governo”, lembra Chinaglia.

As três principais legendas do Centrão, PL, PP e Republicanos, controlaram juntas, com os ministérios que exerciam, cerca de R\$ 150 bilhões do orçamento de 2022. Comandaram estatais e autarquias, como o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), ligado ao MEC e que tem orçamento de R\$ 54 bilhões. Um traço importante do bloco é a alta capilaridade partidária. Além dos três partidos do “núcleo duro”, o Centrão marca presença no PTB, PSC, Patriotas, Progressistas, PSC, Avante e até em siglas que, oficialmente, estão na oposição, como SDD, MDB, União Brasil, PSDB e PSD.

O “Centrão” surge em 1987, quando a direita se articula no Congresso para combater avanços políticos e sociais no texto da nova Constituição. Mas a sua atual configuração tem origem em 2015, quando Eduardo Cunha (PMDB-RJ), representante do baixo clero, elege-se presidente da Câmara dos Deputados

O termo “Centrão” surgiu em 1987 para designar um grupo de parlamentares conservadores e fisiológicos que se opunham a mudanças mais estruturais defendidas por forças progressistas, nas discussões e votações da nova Constituição Federal, aprovada em 1988. Abastecidos por benesses do governo Sarney, conseguiram impedir avanços civilizatórios importantes, como a democratização dos meios de comunicação. “Sua finalidade era bloquear iniciativas percebidas como progressistas. E o Centrão foi muito bem-sucedido nisso. Como se tratava de um Congresso Constituinte [ao contrário do que muita gente pensa, não houve uma assembleia nacional constituinte], esse grupo também atuou como base de sustentação do governo Sarney. Tornou-se célebre a frase do principal líder do Centrão à época, o deputado Roberto Cardoso Alves (PTB-SP): ‘É dando que se recebe’”, recorda Couto.

O perfil médio dos integrantes da base do Centrão é de um político do chamado “baixo clero”, parlamen-

tar pouco importante e mais atento a questões que garantam sua sobrevivência política (e até financeira) do que interessado nos grandes temas nacionais. Daí o *habitat* natural do bloco ser a Câmara dos Deputados e não o Senado Federal, uma vez que, normalmente, senadores costumam ter maior prestígio e visibilidade política. O próprio Ciro Nogueira, hoje senador licenciado, iniciou sua liderança quanto atuava no “baixo clero”: foi deputado federal de 1995 a 2010, quando se elegeu para o Senado pela primeira vez.

O grupo ocupa historicamente cerca de 200 cadeiras na Câmara, o que faz com que qualquer governo precise negociar com estes parlamentares, se quiser aprovar pautas na casa. É um bloco sem o menor interesse em ser oposição, seja a qual governo for. Apoiou todos os presidentes desde a redemocratização do país.

A atual configuração do Centrão tem origem em 2015, momento em que a expressão voltou à tona, quando o então deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), legítimo representante do “baixo clero”, venceu a eleição para a Presidência da Câmara. Cunha arregimentou uma base de apoio denominada “Blocão”, passando em seguida a ser chamada de Centrão e que teve papel central no golpe parlamentar, midiático e judicial que derrubou a presidenta Dilma Rousseff (PT) em 2016.

No governo Bolsonaro, porém, assumiu um protagonismo nunca visto. No início de 2022, decreto presidencial deu poderes a Ciro Nogueira para decidir sobre o Orçamento da União. Tal autoridade era exclusiva de Paulo Guedes, da Economia. Em fevereiro, outro decreto de Bolsonaro deu ao ministro-chefe da Casa Civil a palavra final

quando ocorrerem divergências entre ministérios sobre atos normativos. “O Centrão sempre teve poder em todos os governos, mas no governo Bolsonaro se tornou extremamente poderoso, tanto no Palácio do Planalto quanto no Congresso”, pontua a jovem deputada federal Talíria Petrone (PSOL-RJ).

“Noutros governos os ‘partidos de adesão’, como prefiro denominar o Centrão, apoiavam agendas substantivas que o Executivo propunha. O governo Bolsonaro não tem propriamente uma agenda de políticas públicas e se ocupa mais em destruir as longamente construídas. Com isso, quem define a agenda é o próprio Congresso. Ou seja: antes o Centrão servia aos governos, ainda que recompensado por isso; agora o Centrão se serve do governo, sendo seu compromisso basicamente o de proteger politicamente o presidente”, reflete Cláudio Couto, que falou à *Revista Adusp* antes da eleição de 2022.

“O Centrão é mais complexo do que parece. Acabei centralizando as articulações para derrotar o voto impresso. E, nesta condição, conversei com líderes do Centrão. Eles não tinham dúvida de que Bolsonaro estava procurando confusão, e o Centrão não embarca nisso”, avalia Arlindo Chinaglia (PT-SP), ex-presidente da Câmara dos Deputados

Por causa desta dependência do “baixo clero”, que remete ainda a outras questões, como a estrutura partidária e eleitoral brasileira, o cientista político Sérgio Abranches cunhou o termo “presidencialismo de coalizão” para se referir ao sistema político de nosso país. Não por acaso, Arthur Lira, em junho de 2021, publicou na *Folha de S. Paulo* o artigo intitulado “O Centrão é uma força moderadora”, no qual alega que o bloco tem papel fundamental na governabilidade e no funcionamento da máquina pública.

Há sentido no raciocínio. Apesar de governista, o Centrão não endossou arroubos golpistas de Bolsonaro, como no caso da votação que tentou aprovar a impressão do voto eletrônico. Não querem qualquer ameaça a um sistema no qual sabem jogar o jogo, visto que as possibilidades de um novo terreno político lhes são desconhecidas. “Os partidos de adesão não têm compromisso necessário com o que só interessa ao presidente [Bolsonaro]. Estão preocupados com suas próprias reeleições, logo, não têm por que criar problemas num âmbito em que as coisas estão funcionando”,

frisa Couto. “Os membros do Centrão não gostariam de se indispor com o TSE e tribunais superiores, apenas por causa do presidente”, observa Talíria Petrone.

“O Centrão é mais complexo do que parece. Por circunstância, acabei centralizando as articulações para derrotar o voto impresso. E, nesta condição, conversei com líderes do Centrão. Eles não tinham nenhuma dúvida de que o Bolsonaro estava procurando confusão e o Centrão não embarca nisso. Não é deslealdade, é posicionamento. As benesses do governo não levam o Centrão a abrir mão, totalmente, do que defende. O pessoal vai até o limite, mas não pula na cova junto com o Bolsonaro, não”, avalia Chinaglia.

O perfil fisiológico do Centrão não faz do bloco um grupo “sem ideologia”, como muitos pensam. São políticos conservadores. Se bem recompensados, apoiam governos de esquerda, mas desde que as pautas postas em votação pelo executivo não apontem para mudanças estruturais de cunho progressista. Não vão ajudar a democratizar estruturas que possam lhes tirar privilégios de classe. “O Centrão tem uma agenda

econômica liberal que os faz ter alguma identidade ideológica”, afirma a parlamentar do PSOL.

“A própria origem do grupo, como uma reação conservadora na Constituinte, mostra que há um limite. Trata-se de uma direita tremendamente pragmática e, portanto, flexível, mas ainda assim, uma direita. Tem o nome de Centrão porque à época pegava mal se autodenominar de direita”, explica Couto.

Como se dará a relação entre Luis Inácio Lula da Silva, a partir de sua posse em 1º de janeiro de 2023, e o Centrão? “Um presidente que procure liderar sua base parlamentar tende a equilibrar mais o jogo ou, quem sabe, entrar num conflito. Lula terá dificuldades bem maiores do que teve em seu primeiro mandato na relação com o Congresso, por causa desse empoderamento dos partidos de adesão”, pensava o professor da FGV, examinando o que, àquela altura, ainda era apenas uma hipótese. “Não será fácil governar sem incorrer em altos custos políticos e sem correr o risco de sofrer vetos sistemáticos. Toda a decantada habilidade de Lula será posta à prova”, concluiu.

Nota

1 Jornalista. Especial para a *Revista Adusp*.